



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 618/11

Súmula: Altera dispositivo da Lei nº 5.944/69 – Lei de Promoções de Oficiais.

Art. 1º O inciso VIII do art. 41 da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - (...)

VIII – estar sub judice, por responder a processo criminal comum ou militar ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória, em razão de crimes dolosos em geral, que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra militar, o pundonor militar ou o decoro da classe, competindo exclusivamente à Comissão de Promoções de Oficiais, obedecidos aos critérios a serem estabelecidos por ato do Comandante-Geral, proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se, mediante decisão fundamentada irrecorrível, sobre a incidência ou não das referidas restrições quanto à exclusão do oficial do quadro de acesso;"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 717/11

SÚMULA : Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis de propriedade do Estado do Paraná à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR, para fins de regularização fundiária e construção de unidades habitacionais de interesse social, os seguintes imóveis:

I - Moradias Jardim Âncora, loteamento localizado no Município de Piraquara, composto de 167 lotes descritos nas matrículas nº 1.501 até 1.666 do Cartório de Registro de Imóveis de Piraquara e, ainda, a matrícula nº 16.601 do Cartório de registro de imóveis da 9ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba, de cujas áreas o Estado do Paraná esta imitado na posse desde 12 de abril de 1995, nos termos do Mandado de Imissão Provisória da Posse, arquivado às folhas 207 e 208 dos autos n.º 213/95, em trâmite perante o foro de Piraquara.

II - Moradias Timbu, loteamento localizado no Município de Campina Grande do Sul. A área é de propriedade do Estado do Paraná, conforme R-1 da matrícula n.º 30.111 do Registro de Imóveis de Piraquara.

III - Moradias Renato Bonilauri, loteamento localizado no Município de Pinhais. A área é propriedade do Estado do Paraná, matrícula n.º 31.111 do Registro de Imóveis de Piraquara.

IV - Moradias Trevisan, loteamento localizado no Município de São José dos Pinhais. A área é propriedade do Estado do Paraná, matrícula n.º 51.949 do Registro de Imóveis de São José dos Pinhais – 2.ª Circunscrição.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo e a COHAPAR a firmar, em conjunto ou separadamente, convênios, contratos, escrituras e outros instrumentos jurídicos, para a consecução dos objetos previstos nesta lei.

Art. 3º - A COHAPAR ficará incumbida de, após o recebimento das áreas, realizar a regularização fundiária dos empreendimentos, que compreenderá a realização de cadastro e seleção dos beneficiários, conforme as normas legais existentes e os procedimentos habituais da Companhia, a confecção dos mapas e memoriais descritivos dos loteamentos, o seu encaminhamento para aprovação junto à Prefeitura de situação do imóvel e posteriormente ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, além da conclusão das obras de infraestrutura já iniciadas e contratadas através do PAC, bem como realizar os demais serviços necessários ao término da regularização.

Parágrafo único: Até que sejam concluídos os trabalhos de regularização e emitidos os contratos definitivos, a COHAPAR, para oferecer maior segurança jurídica aos beneficiários do programa, deverá conceder-lhes Títulos de Cessão de Posse ou Permissão de Uso.

Art. 4º - A COHAPAR ficará ainda incumbida de realizar o plano de comercialização dos imóveis e a elaborar contratos de financiamento aos beneficiários do programa, garantida a compensação dos valores que eventualmente já tenham sido pagos pelos beneficiários do programa à COHAB-CT.

Parágrafo Primeiro: - O plano de comercialização deverá respeitar, no caso das Moradias Renato Bonilauri e Jardim Âncora, as regras e diretrizes estabelecidas pelos contratos de repasse firmado entre a União, por Intermédio do Ministério das Cidades, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e o Estado do Paraná, com interveniência da COHAPAR e demais diretrizes do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério das Cidades e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

I- Esta regra também se aplicará aos demais loteamentos, caso venham a utilizar verbas do referido Plano de Aceleração do Crescimento para a realização de obras ou serviços nessas áreas.

Parágrafo segundo. O valor arrecadado com os pagamentos das prestações deverá ser utilizado no desenvolvimento e implantação deste e de outros programas habitacionais de interesse social.

Art. 5º- Fica a COHAPAR autorizada a, após o registro dos loteamentos, repassar até 20% dos imóveis à COHAB-CT, ou o equivalente em dinheiro, em razão dos serviços por ela prestados quando da edificação das casas, mantendo-se, contudo, a mesma destinação final do empreendimento que é a de efetuar a regularização fundiária dos imóveis aos seus ocupantes, dentro das diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





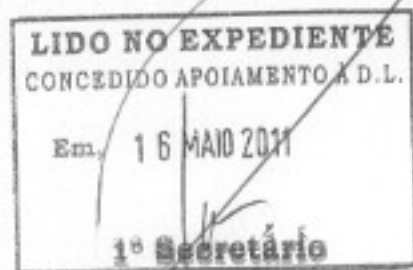
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI

404/11




SÚMULA: Insere no Calendário Oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Polenta" realizada anualmente no mês de maio no município de Santa Tereza do Oeste.

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da polenta" realizada anualmente no mês de maio no município de Santa Tereza do Oeste.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 16 de maio de 2011.


PROF. LEMOS
Deputado Estadual

3255



JUSTIFICATIVA

Feita de água, fubá, sal e fogo. São esses os ingredientes principais que movimentam a festa da polenta da paróquia Santa Tereza D'Ávila, tudo isso regado ao um bom vinho boa músicas, dança típicas e muita diversão, nos três dias de festa.

Historicamente a polenta tem relação com as raízes dos povos europeus que em grande número começaram a chegar ao Brasil, por volta de século XIX. Prato típico que traz recordação da infância, principalmente para os italianos e seus descendentes. A região Oeste do Paraná constituída por um grande número descendentes europeus.

A festa da polenta é realizada todo ano no Município no 3º final de semana do mês de maio. Além da Polenta são servidos diversos pratos como: rabada de boi com polenta, polenta ao molho, polenta com nata, polenta com queijo, polenta com costela de boi, polenta com costela de porco entre outros que são preparados por equipes que concorrem a premiação.

Pela importância cultural da Festa da polenta é que propusemos o Projeto de Lei em tela no sentido de inseri-la no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 404/11

Projeto de Lei nº 404/11

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos.

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Polenta", realizada anualmente no mês de maio no Município de Santa Tereza do Oeste.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS TURÍSTICOS E GASTRONÔMICOS DO ESTADO DO PARANÁ A "FESTA DA POLENTA" EM SANTA TEREZA DO OESTE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA AFERIDA, ART 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, objetiva inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Polenta", a ser comemorada anualmente, no mês de maio.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

fl. 12

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

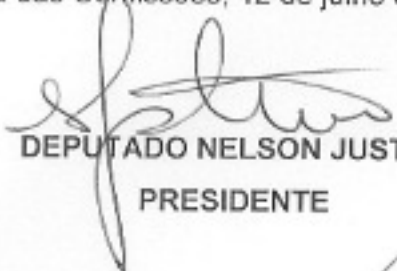


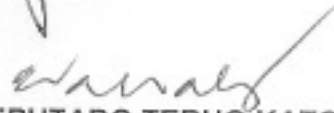
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

Fl. 12

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 404/2011

Projeto de Lei nº. 404/2011

Autor: Deputado Professor Lemos

Súmula: Insere no Calendário Oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Polenta", realizada anualmente no mês de maio no Município de Santa Tereza do Oeste.


O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado a "Festa da Polenta", a ser comemorado, anualmente, no mês de maio, no Município de Santa Tereza do Oeste.


Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 12/07/2011, tendo como relator o nobre Deputado Teruo Kato, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.


No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data parecida.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.


DEPUTADO ANIBELI NETO
Presidente


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 404/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Professor Lemos propôs o Projeto de Lei nº 404/201, com o intuito de inserir, no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná, a "Festa da Polenta" a ser realizada anualmente, no mês de maio, no Município de Santa Tereza do Oeste.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Teruo Kato, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que a comida típica denominada "Polenta" está inserida no patrimônio cultural imaterial de nosso país.

Portanto, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que fazem parte das culturas típicas da colonização brasileira.

Estado, tal como disposto na Constituição, deve ser entendido como todas as esferas governamentais, cabendo, também, aos Estados membros, como é o caso do Paraná, o apoio às manifestações culturais.

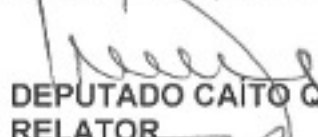
Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

III – CONCLUSÃO


Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Sala Sessões, 19/09/11

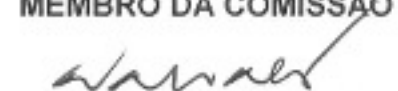

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE



DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

409/11

D. L.

Fis. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 MAIO 2011

1º Secretário

SÚMULA: Insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, do ano de 2012, a data comemorativa pela chegada dos Suábios no Estado, que será celebrada entre os dias 04 e 08 de janeiro de 2012, no Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava.

Art. 1º - Fica inserida no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, do ano de 2012, a data comemorativa pela chegada da colonização Suábia no Estado.

Parágrafo Único - A festa a que se refere o caput do artigo será realizada, nos dias 04 a 08 de janeiro de 2012 no Distrito de Entre Rios, Guarapuava/PR, sendo de responsabilidade da Cooperativa Agrária Agroindustrial a realização do evento.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2011.


CESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa



A formação da sociedade brasileira está alicerçada em sua principal característica que é receber de todos os continentes, imigrantes que escolheram nosso país como seu lar.

O Brasil é constituído de representantes de inúmeras nacionalidades que aqui constroem sua nova vida, fora do país de origem, baseado no espírito de paz e justiça social. Esta situação não foi diferente com a comunidade suábica, que, em julho de 1951 se instalou no Distrito de Entre Rios, no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, difundiu a sua influência por todo o Brasil, devido a sua cultura e técnica agrícola.

A integração das famílias de descendentes de suábios no Brasil manifestou-se pela excelência na qualidade de seu labor na terra e no princípio do cooperativismo, que tem grande participação efetiva, sendo considerada a maior renda per capita de cooperados do País. Tendo um faturamento de 1,1 bilhão de reais, para 544 cooperados.

Em 2011 o distrito de Entre Rios completa 60 anos de colonização Suábica. Para comemorar a data e homenagear os pioneiros numa história que começou com o estabelecimento da Agrária, a Cooperativa e os moradores do distrito realizarão, de 04 a 08 de janeiro de 2012, um evento comemorativo, onde será esperada a presença de convidados de diversos estados e países.

O distrito traduz o arrojo de todos os que ao longo do tempo nele tem trabalhado, além da Agrária, que se tornou uma das maiores empresas do Paraná, diversos outros empreendimentos surgiram, em especial no comércio gerando também empregos e impostos para o Estado.

Assim, espera-se retribuir com o reconhecimento de todos os brasileiros o importante legado das comunidades suábicas em nosso solo. Diante disso, apresentamos a presente proposição face à relevância da matéria contando com o apoio dos nobres pares, para sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 409/11

Projeto de Lei nº 409/11

Autor: Deputado Estadual César Silvestre Filho

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, do ano de 2012, a Ata Comemorativa pela Chegada dos Suábios no Estado, que será Celebrada entre os dias 04 e 08 de Janeiro de 2012, no Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL A ATA COMEMORATIVA PELA CHEGADA DOS SUÁBIOS NO ESTADO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual César Silvestre Filho, objetiva inserir no calendário Turístico Oficial a Ata Comemorativa pela Chegada dos Suábios no Estado, a ser comemorado a partir de 2012, entre os dias 04 e 08 de janeiro, a realizar-se no Município de Guarapuava.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.


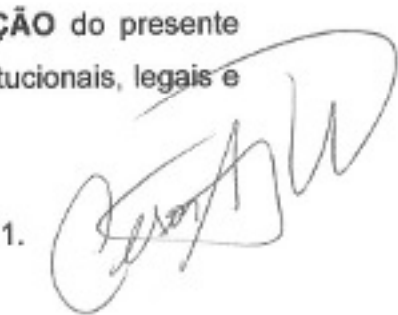

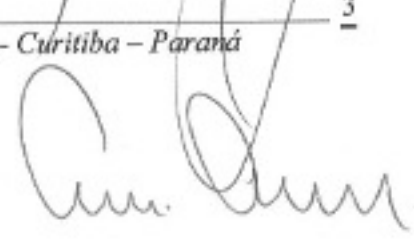

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de AGOSTO de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 409/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Cezar Silvestre Filho propôs o Projeto de Lei nº 409/2011 com o intuito de instituir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a data comemorativa da chegada da comunidade suábica no Brasil. Para tanto, faz estabelecer, em seu Projeto de Lei, a realização de uma festa no ano de 2012, a ser realizada entre os dias 4 e 8 de janeiro, no Distrito de Entre Rios, Guarapuava.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Fernando Scanavaca, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como valores supremos de nossa sociedade a fraternidade e o pluralismo. Tais características devem ser interpretadas de maneira ampla, de modo a concretizar o verdadeiro espírito do constituinte brasileiro de 1988: o multiculturalismo, com a conseqüente valorização das manifestações das diversas culturas no território nacional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aqueles que fazem parte do processo civilizatório brasileiro, recheado de miscigenação, decorrência direta dos inúmeros povos que procuraram o Estado brasileiro como sua Nação.

Estado, tal como disposto na Constituição, deve ser entendido como todas as esferas governamentais, cabendo, também, aos Estados membros, como é o caso do Paraná, o apoio às manifestações culturais.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental para tornar a sociedade brasileira solidária com os demais povos que tanto contribuíram com o nosso país e Estado.

Além disso, no que diz respeito ao custo da Festa a ser realizada, o Projeto determina, expressamente, que o seu custo deste evento será por conta Cooperativa Agrária Agroindustrial. Ou seja, o ente responsável pelo custo do evento é privado, não havendo, portanto, o aumento de despesa pública para qualquer ente federativo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 409/2011

Projeto de Lei nº. 409/2011

Autor: Deputado Cesar Silvestri Filho

Súmula: Inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, do ano de 2012, a data comemorativa pela chegada dos Suábios no Estado, que será celebrada entre os dias 04 e 08 de janeiro de 2012, no Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Cesar Silvestri Filho, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a data comemorativa pela chegada da colonização Suábia no Estado. Estabelece que a festa seja realizada nos dias 04 a 08 de janeiro de 2012, no Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava, sendo a Cooperativa Agrária Agroindustrial responsável pela organização do evento.

A Suábia é uma região da Alemanha e uma parte de sua população se instalou, em julho de 1951, no Distrito de Entre Rios, difundindo a sua influência por todo o Brasil, devido a sua cultura e técnica agrícola. Seus imigrantes se destacaram pela qualidade de seu trabalho na terra e no predomínio do cooperativismo, sendo a região considerada a maior renda per capita de cooperados do país.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 02/08/2011, tendo como relator o nobre Deputado Fernando Scanavacca e da Comissão de Cultura, tendo




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

como relator o nobre Deputado Teruo Kato, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo. O próprio autor apresentou também o Projeto de Lei nº 344/2011, que institui o ano do sexagenário da imigração Suábica no Brasil e foi encaminhado a sanção em 16/09/2011, propondo agora a celebração de uma festa para comemorar tal chegada.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.

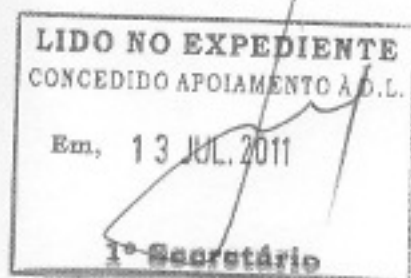

DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 574/11

SÚMULA: Insere o Dia da Trilha Ecológica, a ser comemorado no último domingo de setembro.

Art. 1º. Fica inserido no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Trilha Ecológica, a ser comemorado anualmente no último domingo do mês de setembro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 2011.


NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa em anexo

14:28 13-07/2011 005533 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



Justificativa:

O presente Plano de Lei objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Trilha Ecológica, a ser comemorado anualmente no último domingo do mês de setembro.

Existe um grande número de trilheiros em nosso Estado e buscamos com a apresentação da presente proposta reconhecer e incentivar o eco turismo, a educação ambiental.

A presente proposta visa reconhecer o respeito que os trilheiros tem com o meio ambiente, com a saúde, a segurança na prática do esporte e principalmente o uso do esporte como forma de fazer novas amizades.

Constatamos que no Estado do Paraná, conforme o site dos trilheiros, temos os Municípios de Faxinal, Manoel Ribas, Quedas do Iguaçu e Rio Negro, como sendo os locais mais indicados para as trilhas.

O passeio nas trilhas é rotineiramente realizado por estudantes, religiosos e pessoas adeptas aos esportes alternativos, tais como: rapel, corrida de localização, montanhismo, acampamento e corrida de barcos (rafting), podem ser percorridas por bicicletas, automóveis, barcos, motos, cavalos ou ainda a pé.

Assim sendo, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para a devida aprovação do presente Plano de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 574/11

Projeto de Lei nº 574/11

Autor: Deputado Estadual Nelson Luersen

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei objetiva instituir o Dia da Trilha Ecológica, a ser comemorado no último domingo de setembro.

EMBASAMENTO JURÍDICO

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a Constituição Estadual, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou

¹ DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22^ª. Ed. Pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça. Ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.


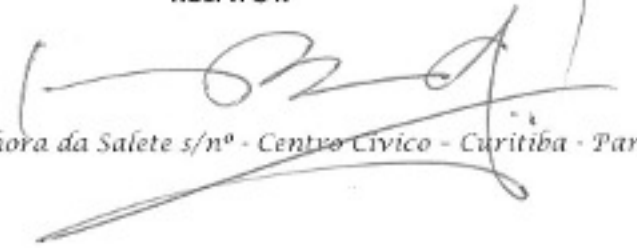
CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 574/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Nelson Luersen, do Partido Democrático Trabalhista, apresentou o presente Projeto de Lei, inserindo no calendário do Estado do Paraná o Dia da Trilha Ecológica, a ser comemorado no último Domingo do mês de setembro, anualmente.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, versando o projeto sobre o estabelecimento de um dia para se comemorar a Trilha Ecológica, o que contribui de maneira fundamental para a propagação de atividades culturais que são inerentes à cultura, até porque o meio ambiente está inserido, na Constituição Federal, no capítulo que trata a respeito dos

R

R *WJ*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

direitos sociais culturais, conforme lição de José Afonso da SILVA: *"Essa matéria entra, meio à cunha, nesse capítulo sobre a ordem constitucional da cultura."*¹

Não bastasse isso, consoante se infere da leitura da redação do Regimento Interno desta Casa de Leis, o desenvolvimento arqueológico é uma das competências da Comissão de Cultura, o que esfacela qualquer dúvida acerca de sua competência para a análise deste Projeto.

Fixada a premissa sobre competência da Comissão, no mérito merece aprovação o presente projeto, tal como dito acima. A Constituição Federal estabeleceu como dever do Poder Público a promoção da cultura, inclusive no que diz respeito ao meio ambiente. Aliás, é de suma importância que o Estado promova atividades que coloquem os cidadãos e contato direto com a natureza, nos moldes da comemoração de trilhas ecológicas.

Ademais, quando da realização dessas atividades, inúmeras outras podem ser realizadas concomitantemente, incutindo na essência dos paranaenses a importância da preservação do meio ambiente, que é uma forma de cultura, tal qual previsto em nosso texto constitucional brasileiro.

De resto, esse projeto auxilia, também, no desenvolvimento da arqueologia brasileira, assim entendida a atividade que investiga as culturas passadas, através da análise dos vestígios materiais. Por óbvio que esses vestígios se encontram, sem sua maioria, em ambientes naturais, nos mesmos locais em que são realizadas atividades de trilhas ecológicas.

Desse modo, a proposição por certo que contribuirá bastante com a promoção da cultura ambiental e arqueológica, posto que o Poder Público do Paraná poderá utilizar tal data para propagar determinadas atividades que contribuirão para a conscientização dos cidadãos acerca da importância do meio ambiente e arqueológico do Paraná.

¹ SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 845.

[Assinaturas manuscritas]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES

RELATOR


Assinatura

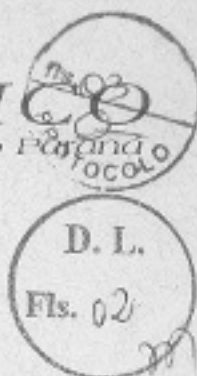

Assinatura


Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI

585/13

Súmula: Reenquadra os cargos efetivos de Oficial de Promotoria no Grupo Ocupacional Básico do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º Os cargos efetivos de Oficial de Promotoria, do Grupo Ocupacional Básico I, criado pela Lei Estadual nº 14.154, de 08 de outubro de 2003, passam a integrar o Grupo Ocupacional Básico criado pela Lei Estadual nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 2º O valor do vencimento básico do cargo de Oficial de Promotoria passa a ser o correspondente ao da atual Tabela I - Grupo Ocupacional Básico - do Anexo I, referente às Tabelas de Vencimentos do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

§ 1º No reequadramento a que se refere o *caput* será observado o nível, na data da publicação desta Lei, em que o servidor se encontrava na tabela extinta.

§ 2º A progressão na carreira dos servidores reequadrados por esta Lei respeitará os mesmos critérios definidos no artigo 5º da Lei Estadual nº 11.455 de 10 de julho de 1996 e regulamentações complementares, com os interstícios naquele definidos, que terão como termo inicial a data da publicação desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

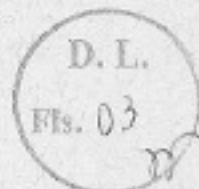
Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2011.

(S)



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe o reenquadramento dos cargos efetivos de Oficial de Promotoria no Grupo Ocupacional Básico do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Visa a presente proposta resgatar tratamento isonômico, no que tange à remuneração, devido aos Oficiais de Promotoria do Grupo Ocupacional Básico I, do Quadro dos Servidores do Ministério Público.

Com efeito, em 08 de outubro de 2003 foi sancionada a Lei nº 14.154 que criou 200 (duzentos) cargos de Oficiais de Promotoria. Embora com ela tenham passado a integrar o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná instituído pela Lei nº 11.455, de 20 de julho de 1996, compondo o denominado Grupo Ocupacional Básico I, os novos cargos vieram com tabela de vencimentos diferenciada (art. 4º), sensivelmente inferior ao do já existente Grupo Ocupacional Básico, não obstante os requisitos para a investidura em ambos fossem possuir o ensino fundamental completo e ser aprovado em concurso público.

Sabe-se que sobredita desigualdade remuneratória decorreu da conjugação de dois fatores. De um lado, a necessidade premente da criação de cargos de Oficial de Promotoria, para desempenhar a função de auxiliar nos serviços afetos às Promotorias de Justiça do interior do Estado que não dispunham sequer de um único servidor, além do respectivo Promotor titular. De outro, a inexistência de recursos orçamentários suficientes para custear a despesa advinda da fixação de vencimentos em patamar equivalente aos dos servidores ocupantes dos outros cargos do Grupo Ocupacional Básico.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

D. L.
Fls. 04

Fls. 05
10690

É dizer, embora a Lei nº 11.455, de 20 de julho de 1996, que instituiu *"o quadro e o plano de carreira dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná"*, tenha previsto a existência de três grupos, o *Grupo Ocupacional Superior* (composto de funções que exigem conhecimentos teóricos e práticos de curso superior, para desenvolver atividades de assessoramento e outras correlatas), o *Grupo Ocupacional Intermediário* (composto de funções que exigem conhecimento em nível de segundo grau e cujas tarefas se caracterizam por certa complexidade) e o *Grupo Ocupacional Básico* (composto de funções que exigem conhecimento em nível de primeiro grau), a Lei nº 14.154, de 08 de outubro de 2003, que criou os cargos de Oficiais de Promotoria, inseriu-os, de forma anômala, em um outro e paralelo *Grupo Ocupacional Básico* (dito I), com a inconveniência de vencimentos inferiores ao do *Grupo Ocupacional Básico* já existente. Na verdade a nova Lei acabou por criar uma categoria (melhor seria dizer subcategoria) de servidores com remuneração inferior ao Grupo Ocupacional a que pertencem.

Esta circunstância, sem dúvida, foi motivo, além da natural insatisfação, da elevada e indesejável rotatividade dos cargos de Oficial de Promotoria, em razão de desligamentos voluntários, prejudicial ao bom andamento dos serviços afetos à atividade-meio.

Surge, assim, a presente proposta como medida reparatória de uma situação antinômica e injusta.

Enfatiza o Professor ADILSON ABREU DALLARI que *"o princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável GERALDO ATALIBA, às págs. 133 e ss. de seu 'República e Constituição' (RT. São Paulo, 1985), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos"*. E transcreve, a seguir, o seguinte trecho do autor colacionado, *verbis*:

9



"Não teria sentido que os cidadãos se reunissem em república, erigissem um estado, outorgassem a si mesmos uma constituição, em termos republicanos, para consagrar instituições que tolerassem ou permitissem, seja de modo direto, seja indireto, a violação da igualdade fundamental, que foi o próprio postulado básico, condicional da ereção do regime. Que dessem ao Estado – que criaram em rigorosa isonomia cidadã – poderes para serem usados criando privilégios, engendrando desigualdades, favorecendo grupo ou pessoas, ou atuando em detrimento de quem quer que seja. A res pública é de todos para todos. Os poderes que de todos recebe devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade.

A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações de Estado, as quais, na sua maioria, se traduzem concretamente em atos de aplicação da lei, ou em seu desdobramento. Não há ato ou forma de expressão estatal que possa escapar ou subtrair-se às exigências da igualdade.

Nos casos em que as competências dos órgãos do Estado – e estes casos são excepcionais – não se cinjam à aplicação da lei, ainda aí, a isonomia é princípio que impera e domina. Onde seja violado, mistificado, fraudado, traído, há inconstitucionalidade a ser corrigida de ofício ou mediante pronta correção judicial. Toda violação da isonomia é uma violação aos princípios básicos do próprio sistema, agressão a seus mais caros fundamentos e razão de nulidade das manifestações estatais. Ela é como que a pedra de toque do regime republicano.¹⁴⁹

O conceito de cargo pressupõe um caráter genérico de mesmo grau de complexidade e responsabilidade e pode ser composto por uma ou várias funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal. Os cargos de Oficiais de Promotoria, tecnicamente considerados, são cargos do Grupo Ocupacional Básico, eis que se caracterizam por um conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente ao desempenho de tarefas com grau de complexidade/responsabilidade do ensino fundamental, não se

¹ DALLARI, Adilson Abreu. **Princípio da isonomia e concursos públicos.** Revista Eletrônica de Direito do Estado. Número 6, abr/maí/jun de 2006, Salvador – Bahia.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Rio de Janeiro



admitindo a ocupação por pessoas com habilitação inferior. Daí não se justificar a criação de um subgrupo ao Grupo Ocupacional Básico, pois resta evidente que o grau de complexidade/responsabilidade para o desempenho das atribuições do cargo de Oficial de Promotoria equivale ao dos demais cargos pertencentes ao respectivo grupo.

Em suma, a situação na qual se encontram os Oficiais de Promotoria revela um tratamento desigual, sob o ponto de vista remuneratório, em relação a servidores que se encontram em situação de igualdade, pois igual é a exigência de habilitação e escolaridade, qual seja, o ensino fundamental completo.

Cumprе registrar que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 266.940,10 (duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta reais e dez centavos), corresponde a um acréscimo de 1,1136425% (um vírgula um, um, três, seis, quatro, dois, cinco, por cento), tendo referida despesa, no montante de R\$ 2.402.460,90 (dois milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa centavos) para o presente exercício, previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739, de 29.12.2010), conforme Informação nº 1024/11, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1008/11) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição no presente exercício (mai/dez), será de 0,013% (zero vírgula zero, um, três, por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo em 1,514% (um vírgula cinco, um, quatro, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de maio próximo passado.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 1280/11-GAB

Curitiba, 26 de julho de 2011.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 AGO. 2011

1º Secretário

A DAP p/ leitura no expediente.

A DL p/ providências
E, 12 de agosto, 2011

Senhor Presidente,

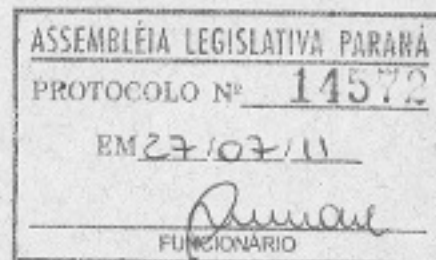
Cumprimentando-o, honra-me submeter à

apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que reestrutura os cargos efetivos de Oficial de Promotoria no Grupo Ocupacional Básico do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça



Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

14:17 01/08/2011 005685 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

D. L.

Fs. 15

Ofício nº 1531/11-GAB

Curitiba, 24 de agosto de 2011.

De ordem
Junta-se ao projeto
de reestruturação
encaminha-se a 667
1-7-11 15/08/11
Maura Ribeiro Borges
Bartol Legendário

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me encaminhar a essa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, a inclusa *Declaração* e documentos que a acompanham, com vistas a instruir o *Projeto de Lei nº 585/11* que dispõe sobre o reequadramento dos cargos efetivos de Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Ao ensejo apresento a Vossa Excelência expressões de elevada consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

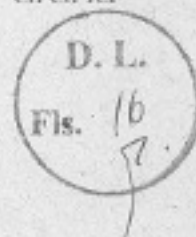
Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do reenquadramento dos cargos efetivos de Oficial de Promotoria, objeto do Projeto de Lei nº 585, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, aprovado pela Lei nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 15.757, de 27.12.2007 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.561, de 16 de agosto de 2010 (LDO).

Curitiba, 24 de agosto de 2011.

Olympio de Sá Sotto Major Neto

Procurador Geral de Justiça



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO DA EQUIPARAÇÃO DOS OFICIAIS DE PROMOTORIA AO NÍVEL BÁSICO

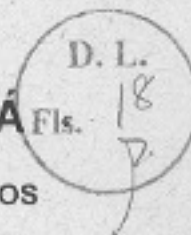
OFICIAIS DE PROMOTORIA				
	Oficiais Maio/2011	Oficiais com 11,88%	Reenq. com 11,88%	Impacto
Total Vencimentos	R\$ 125.848,80	R\$ 140.797,40	R\$ 280.164,28	R\$ 139.366,88
Total Adicional	R\$ 2.003,08	R\$ 2.241,05	R\$ 4.384,08	R\$ 2.143,03
Total Produtividade	R\$ 113.262,12	R\$ 126.717,66	R\$ 252.147,85	R\$ 125.430,19
Total	R\$ 241.112,00	R\$ 269.756,11	R\$ 536.696,21	R\$ 266.940,10
PERCENTUAL SOBRE A FOLHA MENSAL				1,1136425%

Base: Maio/2011

Cálculo efetuado considerando-se o reajuste de 11,88%

A equiparação corresponde a 1,1136% do total bruto da folha de pagamento.

DESCRIÇÃO	MENSAL	2011	2012	2013
EQUIPARAÇÃO	R\$ 266.940,10	R\$ 2.402.480,90	R\$ 3.470.221,31	R\$ 3.470.221,31



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 1024/11

PROTOCOLO Nº 13195/04 - MP/PGJ.

ASSUNTO: Equiparação dos Oficiais de Promotoria ao nível básico.

Senhor Coordenador Executivo:

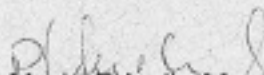
Informo a Vossa Excelência que existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a despesa, no valor de R\$ 2.402.460,90 (dois milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa centavos), para o período de maio a dezembro/11.

Para o exercício de 2012, o recurso orçamentário no valor de R\$ 3.470.221,31 (três milhões, quatrocentos e setenta mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e um centavos), do período de janeiro a dezembro integrará a Proposta Orçamentária.

Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.02062262.392 – Administração dos Serviços do Ministério Público, no subelemento de despesa 3190.1102 – Vencimentos e Vantagens Fixas dos Cargos de Provimento Efetivo.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010.

Curitiba, 12 de julho de 2011.


Maria Priscila Mazarotto Thomé
Diretora

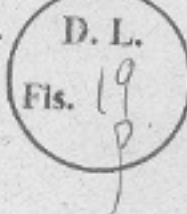
Visto: 12/07/11

Orçamentário - 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO



INFORMAÇÃO : Nº 1008/2011
PROTOCOLO : 13195/2004 - MP/PR
ASSUNTO : IMPACTO RELATIVO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL— EQUIPARAÇÃO DOS OFICIAIS DE PROMOTORIA AO NÍVEL BÁSICO - MAIO 2011.

I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90 % -, são vedados:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*
- II. criação de cargo, emprego ou função;*
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*
- V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2011 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

353
Ludf
D. L.
Fls. 20
7

b) A situação para o exercício de 2011, antes do cômputo da despesa em análise, é a seguinte:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maior/10 a Abr/11	17.608.076.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Set/10 a Ago/11	18.049.505.680	357.848.744	1,983%	289.413.580	1,603%	237.978.317	1,318%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	378.592.560	2,070%	325.077.793	1,777%	274.611.436	1,501%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 1.067.760,40, para o mês de agosto/11, de R\$ 266.940,10, mensais, para os meses de setembro a dezembro/11, inclusive o 13º salário, e de R\$ 3.470.221,31, anuais, para os exercícios de 2012 e 2013/11, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maior/10 a Abr/11	17.608.076.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Set/10 a Ago/11	18.049.505.680	358.916.505	1,989%	290.481.340	1,609%	239.046.078	1,324%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	380.995.021	2,083%	327.480.254	1,790%	277.013.897	1,514%

d) Se autorizada, a despesa em questão, corresponderá a **0,013%** no gasto total com pessoal no exercício de 2011, em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2011) de **R\$ 18.291.855.076,00**.

É a informação.

D.F, 12 de julho de 2011.

(Maria Priscila M. Thomé
Diretora do Departamento Financeiro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 585/2011

Projeto de Lei nº 585/2011

Autor: Ministério Público – Ofício n.º 1280/2011

Súmula: Reenquadra os cargos efetivos de oficial de Promotoria no Grupo Operacional Básico do quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REENQUADRA CARGOS EFETIVOS DE OFICIAL DE PROMOTORIA NO GRUPO OPERACIONAL BÁSICO DO QUADRO DE SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 127. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTS. 65; 114 e 27. LEI FEDERAL N.º 8.625/93 ART. 3º. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N.º 101/00 ART. 16. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público, tem por finalidade, reenquadrar os cargos efetivos de oficial de Promotoria no Grupo Operacional Básico do quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fl. 43
SME

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto de lei em questão visa reenquadrar os cargos efetivos de oficial de Promotoria no Grupo Operacional Básico do quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Ora, com relação à propositura do referido projeto de lei nota-se que o Ministério Público possui plenos poderes, conforme pode ser observado, respectivamente, pelo Regimento Interno desta Casa (art. n.º 124) e, bem como, pela Constituição Estadual (art. n.º 65):

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 44
SM

arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No que tange o tema deste projeto de lei, cumpre afirmar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina que o Ministério Público possui a prerrogativa de propor ao Poder Legislativo a sua política remuneratória e os planos de carreira:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Nestes mesmos termos a Constituição do Estado do Paraná determina em seu art. 114:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fis. 45
jm

lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(...)

§ 2º. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

Ainda, a própria Constituição Estadual do Paraná vem estabelecer em seu artigo 27 que a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade com relação à remuneração dos servidores públicos, conforme segue:

Art. 27. A Administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, o seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 46
SM

Ademais, a Lei Federal n.º 8.625 de 12 de fevereiro de 1993 que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências determina em seu art. 3º que é assegurado a Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

(...)

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

VI - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores;

Sendo assim, fica evidenciada a competência para que seja realizada a propositura do presente projeto de lei e, deste modo, sanada esta desigualdade mencionada pelo Ministério Público havida dentre funcionários efetivos (concursados) no exercício da mesma função.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. ...
Fls. 97
sm

declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise está em pleno acordo com a Lei Complementar n.º 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 585/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo art. 33-B, do Regimento Interno, examinar o Projeto de Lei nº 585/11, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1280/11, que reenquadra os cargos efetivos de Oficial de Promotoria no Grupo Ocupacional Básico do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Inicialmente convém ressaltar que a iniciativa proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em questão.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, observamos que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Constata-se a existência de declaração do ordenador de despesa informando que a despesa decorrente do reenquadramento dos cargos efetivos de Oficial de Promotoria, apresenta a adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, aprovado pela Lei nº 16.739, de 29/12/10, e compatibilidade com o Plano Plurianual aprovado pela Lei nº 15.757, de 27/12/07 e com as diretrizes orçamentárias aprovados pela Lei nº 16.561, de 16/08/10.

Considerando que os estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos-DAFRE, nos mostram o impacto financeiro mensal na folha de pagamento é no montante de R\$266.940,10 (duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta reais e dez centavos), que corresponde a um acréscimo de 1,1136425%

Flavio

[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

D. L.
FIN. 50
com

(um vírgula um, um, três, seis, quatro, dois, cinco, por cento), tendo a referida despesa, no montante de R\$ 2.402.460,90 (dois milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa centavos) para o presente exercício, previsão na Lei Orçamentária Anual nº. 16.739, de 29 de dezembro de 2010, de acordo com a Informação nº 1024/11, do Departamento Financeiro.

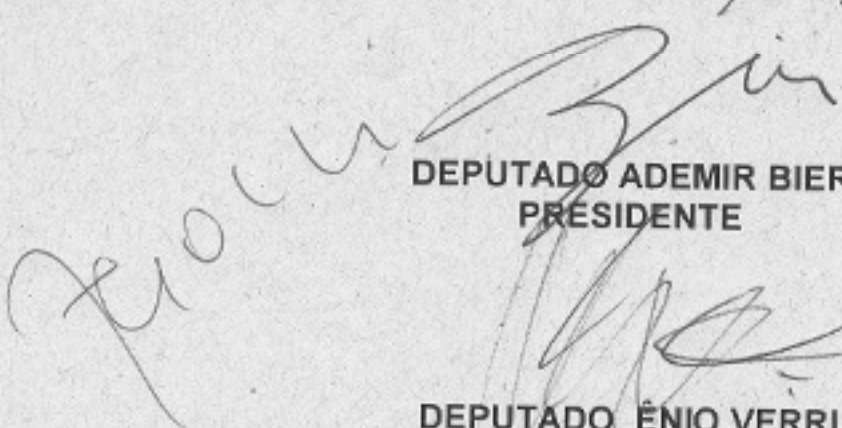
Considerando ainda, que o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (informação nº 1008/11) demonstra que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição no presente exercício (maio/dezembro), será de 0,013% (zero vírgula zero, um, três, por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo de 1,514% (um vírgula cinco, um, quatro, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.


Diante do acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

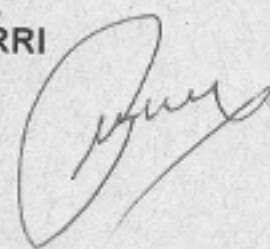
É o parecer.

Sala das Comissões,

28/09/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ÊNIO VERRI
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PROPOSIÇÃO: **Projeto de Lei nº 585/2011**

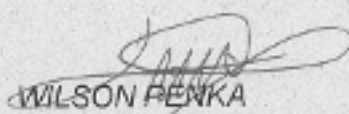
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO – OFÍCIO Nº 1280/11

RELATOR: Deputado ÊNIO VERRI

Certifico para os devidos fins, que esta **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS**, analisou o presente Projeto de Lei nº 585/11, em reunião na data de 28/09/2011, exarando **PARECER FAVORÁVEL**.

Remeta-se à **DIRETORIA LEGISLATIVA** para as providências devidas.

Curitiba, 29 de setembro de 2011.


WILSON PENKA

Secretário da Comissão



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 11




Requerimento

Súmula: Requer regime de urgência ao Projeto de Lei 585/2011.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 585/2011 de autoria da procuradoria Geral de Justiça.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2011.


EVANDRO JUNIOR
Deputado Estadual

15:18 22/08/2011 006522 007 0552MILLER LEGISLADOR DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI Nº 643/2011

Sumula: Dispõe sobre o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Art. 1º. Fica regulamentado, no âmbito do Estado do Paraná, o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Art. 2º. Poderão realizar-se no regime de adiantamento os gastos decorrentes:

I – de despesas de pequeno valor e de pronto pagamento, de caráter emergencial e extraordinária;

II – com alimentação em estabelecimento militar, penal, de assistência, de educação e demais órgãos instrumentais e substantivos previstos nos incisos II e III do Artigo 9º da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de aplicação;

III – de conservação com material de consumo e contratação de serviços;

IV – de diária, ajuda de custo, estada e alimentação, excetuando-se os órgãos que se utilizam do serviço "Central de Viagens";

V – de despesa judicial;

VI – de diligência administrativa;

VII – de diligência policial;

GABINETE DO GOVERNADOR



VIII – de representação eventual;

IX – de despesa com alojamento, alimentação e estada de delegações esportivas ou escolares representativas do Estado em outras unidades da Federação;

X – de despesa com alojamento e alimentação de delegações esportivas ou escolares de outras unidades da Federação que participarem de eventos organizados pelo Governo do Estado, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de aplicação;

XI – de custeio de estabelecimentos públicos, desde que fixados, previamente, por ato do Chefe do Poder Executivo, estabelecendo a natureza e o limite mensal da despesa;

XII – de aquisição de objetos históricos, obras de arte, peças de museu e semelhantes, destinados à coleção do Estado, mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, cuja aquisição deverá ser anotada no Sistema de Patrimônio do Estado;

XIII – de pagamento excepcional devidamente justificado e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo ou por expressa disposição de lei

§ 1º. Considera-se despesa de pequeno valor e de pronto pagamento, respeitado o duodécimo da respectiva dotação:

a) Despesas realizáveis com aquisição de materiais de consumo classificáveis no elemento de despesa 3390-30 e subelementos subsequentes;

b) Despesas realizáveis com a prestação de serviços de terceiros classificáveis no elemento de despesa 3390-39 e subelementos subsequentes.

§ 2º. O valor dos adiantamentos para atender às despesas de pequeno valor e de pronto pagamento poderá ser reduzido por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º As despesas decorrentes de adiantamento devem estar previamente empenhadas.

Parágrafo único: O adiantamento deverá ser feito exclusivamente a servidor

GABINETE DO GOVERNADOR



ocupante de cargo de provimento efetivo ou a militar, mediante Nota de Empenho, sendo os recursos depositados em Bancos Oficiais e as despesas deverão ser efetuadas no período máximo de até 90 (noventa) dias, prazo esse improrrogável, devendo o saldo remanescente ser recolhido em 05 (dias) úteis, tendo o servidor ou o militar até 15 (quinze) dias para a respectiva prestação de contas.

Art. 4º. A aplicação dos adiantamentos deverá obedecer às normas, condições e finalidades constantes da sua requisição.

Parágrafo único. O servidor ou o militar deverá efetuar os pagamentos, preferencialmente, através de cheques nominiais ou transferências interbancárias sem custos e nos casos em que o pagamento somente for realizado por numerário, esse não poderá manter retido por mais de 5 (cinco) dias, salvo por motivo devidamente comprovado, perante a autoridade competente do órgão pagador ou da entidade autárquica.

Art. 5º. Não se fará novo adiantamento:

I - a quem do anterior não haja prestado contas, no prazo legal;

II - a servidor ou militar responsável por 2 (dois) adiantamentos;

III - a quem, dentro de 30 (trinta) dias, deixar de atender a notificação para regularizar prestação de contas;

IV - a servidor ou militar declarado em alcance, assim considerado aquele que deixar de cumprir o disposto no artigo 13 desta Lei.

Art. 6º. Da requisição de adiantamento constará expressamente:

I - o dispositivo legal em que se baseia ou a autorização de autoridade competente;

II - o nome e o cargo ou função do responsável;

III - a dotação orçamentária por onde será classificada a despesa, ou o crédito orçamentário;

IV - o período de aplicação do recurso.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 7º. O adiantamento somente será liberado pela autoridade competente, após justificativa em processo regular, com a menção do valor requisitado e após cumpridas as formalidades legais, observando-se a precedência da nota de empenho, a necessária liquidação e o respectivo pagamento em conta específica.

Art. 8º. O processo de adiantamento contendo a prestação de contas é de inteira e restrita responsabilidade da instituição quanto a sua guarda que disporá ao Tribunal de Contas para exame e parecer a qualquer tempo.

§ 1º. O processo de adiantamento deverá estar instruído com os seguintes documentos comprobatórios:

- a) Ato autorizatório;
- b) Nota de empenho, liquidação, Ordem de Pagamento Normal;
- c) Notas Fiscais/ Cupom Fiscal em ordem cronológica de data, obedecendo o período de aplicação ou duração do adiantamento;
- d) Guia de restituição do saldo de adiantamento;
- e) Relatório de reclassificação das despesas;

§ 2º. Os comprovantes mencionados no parágrafo 1º deste artigo deverão ser emitidos em conformidade com a legislação tributária vigente.

§ 3º. Os comprovantes de despesas não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitido em hipótese alguma, segundas vias ou outras vias, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

§ 4º. Em se tratando de nota fiscal simplificada, recibo, ou outro documento que não se especifique a despesas, esta deverá ser detalhada em folha à parte.

§ 5º. Para as despesas de pequeno valor e de pronto pagamento que por razões excepcionais, devidamente justificadas e atestadas pela chefia imediata do servidor ou militar, não possuam nota fiscal, deverão ser apresentados em seu lugar os documentos abaixo elencados:

- a) Nos casos de Pessoa Jurídica: recibo firmado pelo prestador de serviço ou fornecedor, indicando nesse documento, além do valor, a sua razão social, o seu endereço e o número do seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

GABINETE DO GOVERNADOR



b) Nos casos de Pessoa Física: recibo firmado pelo prestador de serviço ou fornecedor, podendo, inclusive, ser de próprio punho, indicando nesse documento, além do valor, o nome, o seu endereço, o número da carteira de identidade e o número do seu Cadastro de Pessoa Física – CPF.

§ 6º. Deverão ser observadas as responsabilidades com atesto de notas fiscais, justificativas e assinaturas do detentor do adiantamento, que serão submetidas a apreciação da autoridade competente.

Art. 9º. As despesas efetuadas no elemento de adiantamento deverão ser reclassificadas conforme os elementos de despesa, e os Grupos Financeiros ou equivalentes serão os responsáveis pela reclassificação destas despesas.

Parágrafo único. A movimentação das contas bancárias deverá, obrigatoriamente, conter 2 (duas) assinaturas com cheques nominais e individualizados por credor.

Art. 10. O prazo para a prestação de contas não deverá exceder 15 (quinze) dias, a contar do vencimento do prazo de aplicação do recurso.

Parágrafo único. A prestação de contas dos adiantamentos realizados no mês de dezembro deverão ser entregues, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro do ano subsequente, prorrogável até o 1º (primeiro) dia útil imediatamente posterior, no caso de não haver expediente nas repartições públicas estaduais, observados os prazos estabelecidos no Decreto de encerramento do exercício.

Art. 11. Os saldos de adiantamento não aplicados até 31 de dezembro de cada exercício serão, obrigatoriamente, recolhidos a conta do tesouro, até a data prevista no parágrafo único do artigo 10 desta Lei.

Art. 12. Os Grupos Financeiros dos órgãos pagadores do Estado ou equivalentes manterão registros individualizados de todos os servidores e militares responsáveis por adiantamentos, controlando, rigorosamente, os prazos para a prestação de contas.

Art. 13. Os responsáveis que deixarem de realizar a prestação de contas de adiantamentos ou de recolher o saldo não aplicado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei, ficarão sujeitos à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do adiantamento, acrescido de correção monetária e juros moratórios no percentual de

GABINETE DO GOVERNADOR



1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o total do adiantamento, recolhido à conta do tesouro, salvo motivo de força maior, devidamente demonstrado e reconhecido pela autoridade competente.

§ 1º A multa e seus consectários serão aplicados pelo ordenador de despesas e deverão ser recolhidos imediatamente após o recebimento da notificação, à conta do Tesouro Geral do Estado.

§ 2º No processo de aplicação da multa e seus consectários deverá ser observado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, através de Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 24/2011

Curitiba, 28 de julho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando regulamentar, no âmbito do Estado do Paraná, o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou não convenham subordinar-se ao processo comum de aplicação, conforme especifica.

A presente proposição legislativa tem por objetivo atender às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado para regulamentar o regime de adiantamento no âmbito do Estado do Paraná.

O regime de adiantamento é um processamento especial da despesa pública orçamentária, através do qual se coloca o numerário à disposição de um servidor ou militar, a fim de lhe dar condições de realizar gastos que por sua natureza não possam realizar-se pelos trâmites normais. Em síntese, um servidor ou militar será designado para responder e responsabilizar-se pela importância do adiantamento, do qual prestará contas dentro do prazo regulamentar, aos órgãos controladores da execução orçamentária, funcionando, desse modo, como agente pagador.

Essa modalidade especial de processamento da despesa orçamentária é prevista na Lei Federal n.º 4.320/64, sendo que no Estado do Paraná não há diploma legislativo satisfatório regulamentando essa matéria.

O regime de adiantamento é voltado aos materiais que serão consumidos de imediato ou aos materiais e serviços cuja aquisição não permitam delongas ou, ainda, para outras situações que a lei excepcionalizar.

Os valores do adiantamento entregues ao servidor ou militar poderão relacionar-se a mais de uma natureza de despesa, desde que precedidos dos empenhos nas dotações respectivas, respeitados os valores regulamentares de cada natureza.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



É reconhecida a necessidade de haver um efetivo planejamento quanto à gestão pública dos recursos diante das demandas surgidas. Porém, como em muitas vezes não se pode imaginar todas as possibilidades dessas demandas, podem ocorrer, como de fato ocorrem, eventualidades que têm de ser atendidas de pronto, uma vez que o seu não atendimento pode acarretar severos prejuízos ou consequências desastrosas à Administração Pública do Estado.

Ao ocorrer uma eventualidade e houver a necessidade de atendê-la de maneira rápida, não podendo, portanto, aguardar-se o processo normal (procedimento licitatório), uma das possibilidades que se franqueia ao administrador público é atendê-la por meio do regime de adiantamento.

Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Solicito, enfim, que a tramitação do projeto de lei nessa Casa Legislativa se dê em regime de urgência, devendo ser analisado de acordo com os seus precisos termos regimentais.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



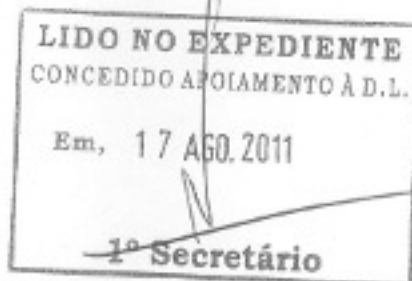
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de julho de 2011
OF CEE/G 072/11



I - A DAF p/ leitura no
expediente
II - À DA p/ providências
E, 09 de agosto 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 24/2011, relativa ao anteprojeto de lei que
objetiva regulamentar, no âmbito do Estado do Paraná, o regime
de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro,
para a cobertura de despesas que não possam ou não convenham
subordinar-se ao processo comum de aplicação.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:28 17/08/2011 006383 DEP ASSURUBIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 18
Sm.

PARECER

Projeto de Lei nº. 643/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 643/11

Sûmula: Regulamenta o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro no âmbito do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo regulamentar no âmbito do Estado do Paraná o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário de comum aplicação.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Em relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito financeiro, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifou-se)

No entanto, a referida matéria – servidores públicos e gastos funcionais – se enquadra no rol de **competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:(...)

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

Ainda, no que tange o assunto atinente ao direito financeiro, destaca-se a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, assim determina em seu art. 68:

Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 20
cm

empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00, o projeto de lei na apresenta nenhum óbice, bem como em face à Lei Complementar 95/98, por estar dentro das regras de técnica legislativa.

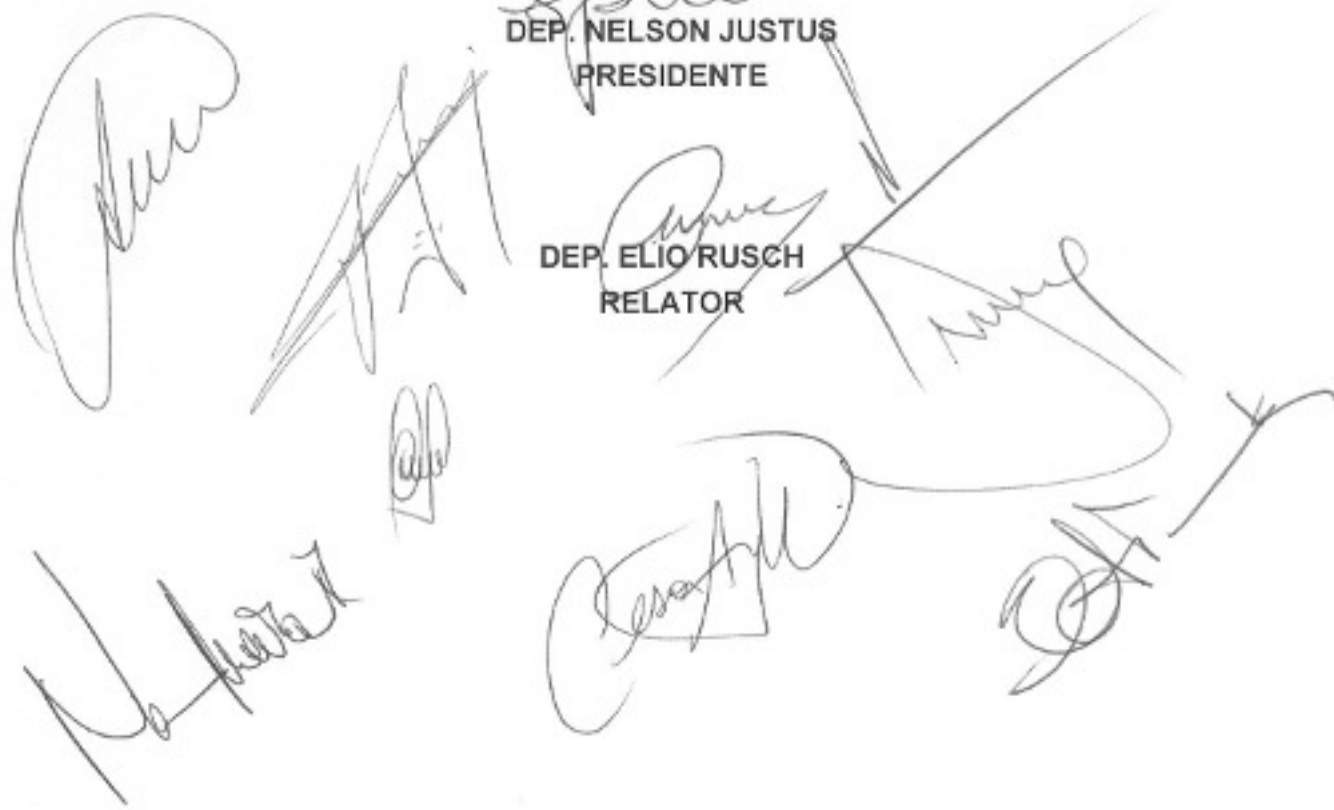
CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, em de de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR





D. L.
Fls. 22
gm.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 643/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo art. 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 24/11, que objetiva regulamentar no âmbito do Estado do Paraná o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a análise desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada. Saliente-se ainda, que as disposições da presente Lei estão previstas na Lei Federal nº 4320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Ressalte-se ainda, que o administrador público, por meio do regime de adiantamento tem a possibilidade de dispensar o processo normal, ou seja, o procedimento licitatório, quando tratar-se de uma eventualidade e houver a necessidade de atendê-la emergencialmente.

De igual modo, observe-se que a presente medida visa atender às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado para regulamentar o regime de adiantamento no âmbito do Estado do Paraná.

Desta forma, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

Franci

[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

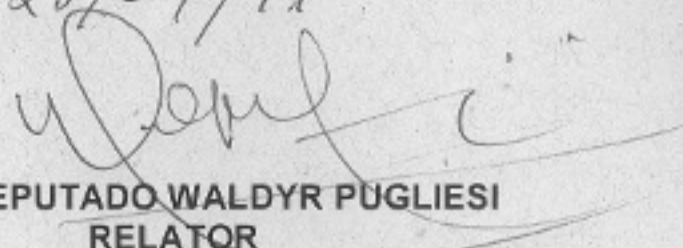
D. L.
Fls. 23
sm



É o parecer.

Sala das Comissões,

28/09/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

74014